



CONTRATO Nº 23/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E A EMPRESA R8 SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pelo **Sr. FELIPE DA SILVA FREITAS**, titular da **SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (SJDH)**, CNPJ nº 49.238.316/0001-05, situada na Avenida Luís Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, Centro Administrativo da Bahia Salvador/BA, CEP 41.745-005, autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de 04/01/2023, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **R8 SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA**, CNPJ/CPF nº 14.538.109/0001-91, situada na Avenida Centenário, 837, Edifício Mattos, Garcia, Salas 301/302/303, Salvador/BA, CEP 40.100-180, neste ato representada pelo **Sr. RICARDO VASCONCELOS MATTOS**, portador(a) da cédula de identidade 834657589, emitido por SSP/BA, processo administrativo nº **082.17207.2023.0002640-63**, em decorrência do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 027/2023 (Registro de Preços-RP)**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei estadual nº 9.433/05, pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, e respectivas alterações, bem como pela legislação específica, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de **Serviços terceirizados de transportes**, necessários ao funcionamento das atividades básicas de caráter geral da SJDH, **Lote II**, de acordo com as especificações do Termo de Referência do instrumento convocatório e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que integram este instrumento na qualidade de Anexos I e II, respectivamente.

§1º A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§4º Os serviços objeto deste contrato não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da **CONTRATADA**, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa **CONTRATADA**, sobre os quais manterá estrito e exclusivo controle.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo de vigência do contrato, a contar da data **(x)** da sua assinatura **()** da subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS, será de **12 (doze) meses**, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do inc. II do art. 140 da Lei estadual nº 9.433/05.

§1º A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à obtenção de preços e condições mais vantajosas.

§2º A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e

será realizada por meio de termo aditivo, devendo o pedido ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término do contrato.

§3º Não será admitida a prorrogação de contratos que contemplem preços com valores superiores aos preços unitários máximos definidos pela SAEB.

§4º As obrigações protraídas para além do termo final do contrato não induzem sua prorrogação, sendo o contrato considerado extinto nos termos da Lei no 9.433/05, devendo o CONTRATANTE prosseguir com as medidas necessárias à comprovação, pela CONTRATADA, do cumprimento de obrigações eventualmente remanescentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA

(x) A garantia contratual será de 5% (cinco por cento) do valor efetivo do contrato, a qual será acrescida de 10% (dez por cento) do valor dos bens transferidos pelo **CONTRATANTE**, podendo recair, a critério da contratada, sobre qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei estadual nº 9.433/05, observadas as normas da Instrução SAEB nº 010/17.

§1º Sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, a prova da garantia, na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de assinatura do contrato, admitindo-se, para o seguro-garantia e a fiança bancária, que a comprovação seja feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias daquela data, sem o que fica vedada, em qualquer caso, a realização de pagamento.

§2º A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, inclusive dos débitos trabalhistas e previdenciários, e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais, devendo, ainda, observar as seguintes especificações adicionais:

§3º A **CONTRATADA** ficará obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada, bem como a atualizar o seu valor nas mesmas condições do contrato.

§4º No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

§5º A **CONTRATADA** deverá atualizar a garantia sempre que houver alteração contratual, no mesmo prazo deferido para a comprovação da garantia originária, visando assegurar a cobertura das modificações procedidas.

§6º Será recusada a garantia que não atender às especificações solicitadas, devendo ser notificada a **CONTRATADA** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, sane a incorreção apontada ou, no caso de títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, promova a substituição por caução em dinheiro.

§7º O retardamento, a falta da apresentação ou a não substituição da garantia impedirá a realização do pagamento das faturas apresentadas, sem prejuízo da incidência de multa moratória, da rescisão do contrato nos termos do art. 167, inc. III, da Lei nº 9.433/05 e das demais cominações legais.

§8º A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período adicional de 03 (três) meses, contado do termo final de vigência do contrato, o qual deve ser sempre contemplado na hipótese de prorrogação.

§9º A devolução da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto do contrato, com a demonstração de cumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações pactuadas.

§10 São requisitos para a liberação da garantia:

I - a apresentação, ao final do contrato, dos seguintes documentos:

- a) relatório circunstanciado da situação trabalhista de todos os empregados vinculados ao contrato, devidamente assinada pelo representante legal da contratada;
- b) cópias dos termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados terceirizados, devidamente homologados, quando exigível pela legislação trabalhista, acompanhadas dos originais para conferência no local de recebimento;
- c) cópias das Guias de Recolhimento Rescisório do FGTS - GRRF, que deverão consignar o recolhimento da multa rescisória respectiva, nos casos de despedida sem justa causa, quando exigível pela legislação trabalhista, acompanhadas dos originais para conferência no local de recebimento.

II - A comprovação, pela contratada, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término do contrato, do cumprimento das obrigações contratuais, inclusive dos débitos trabalhistas e previdenciários.

§11 Não havendo comprovação do pagamento dos débitos trabalhistas e previdenciários no prazo assinalado no inciso II do §10, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento diretamente pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO

(X) Serviço com empreitada por preço

(X) Unitário

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos serviços efetivamente prestados os valores abaixo especificados:

LOTE II

Item	Código SIMPAS	Postos de Serviços	Carga Horária	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1	01980000173251-0	Transporte CNH B	44h	5	R\$ 3.807,10	R\$19.065,50	R\$ 228.426,00
2	01.98.00.001.73253-6	Transporte CNH D	44h	6	R\$ 3.956,70	R\$ 23.740,20	R\$ 284.882,40
3	01.98.00.00173257-9	Supervisão, 44h semanais	44h	1	R\$ 4.361,70	R\$ 4.361,70	R\$ 52.340,40
4	01.98.00.00173262-5	Deslocamento veículo adm.		600	R\$ 136,81		R\$ 82.086,00
Estimado Global						Valor	R\$ 647.734,80

Estima-se para o contrato o valor global de **R\$ 647.734,80 (seiscientos e quarenta e sete mil setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos).**

§2º Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA**, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela **CONTRATADA** das obrigações.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da **Dotação Orçamentária** a seguir especificada:

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
38.101- APG	14	122	502	2000

Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário
99	3.3.90.37.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	1

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA**, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- I. apresentar, antes do início da execução do contrato, correspondência, em papel timbrado e assinada por seu representante legal, contendo:
 - a) a relação dos empregados terceirizados que serão vinculados à prestação dos serviços, devidamente identificados com o nome completo, data de nascimento, inscrição no registro geral (RG) e no Cadastro de Pessoa Física (CPF), número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), número de Inscrição no Programa de Integração Social (PIS), dados bancários (banco, agência e conta-corrente), função a ser exercida, situação funcional, remuneração, benefícios, horário e jornada de trabalho;
 - b) os dados da conta corrente da contratada;
 - c) a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- II. apresentar cópia dos contratos de trabalho e dos registros na CTPS da admissão dos empregados vinculados à prestação dos serviços;
- III. apresentar cópia dos atestados de saúde ocupacional dos empregados que prestarão os serviços;
- IV. efetuar o cadastramento e a atualização em ferramenta, disponibilizada pela Administração Pública estadual, dos dados pertinentes aos empregados terceirizados vinculados ao contrato, e regularizar as inconformidades constatadas, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**;

- V. encaminhar, quando da substituição temporária de empregado, carta de apresentação do novo empregado, em papel timbrado da empresa e assinado pelo representante legal, indicando o empregado que está sendo substituído, o prazo respectivo e o substituto, devidamente identificado com o nome completo, data de nascimento, inscrição no registro geral (RG) e no Cadastro de Pessoa Física (CPF), número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), função a ser exercida, situação funcional, remuneração, benefícios, horário e jornada de trabalho, juntamente com cópia do registro na CTPS e do contrato de trabalho específico;
- VI. designar, de sua estrutura administrativa, um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução dos serviços, inclusive para atendimento de emergência, visando à prestação contínua e ininterrupta dos serviços, bem como, dentre os que permaneçam no local do trabalho, um que será o responsável pelo bom andamento dos serviços e que possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- VII. instruir os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas portadoras de boa conduta e capazes de realizar os serviços contratados;
- VIII. responder pela conduta, frequência, pontualidade e assiduidade de seus empregados e efetuar as substituições daqueles que venham a se ausentar do serviço, por motivo justificado ou não, sem nenhum ônus para o **CONTRATANTE**, bem como comunicar a este, antecipadamente, todo e qualquer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer um dos seus empregados vinculados à execução do contrato;
- IX. respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- X. realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras obrigações legais ou derivadas de dissídios, convenções ou acordos coletivos;
- XI. executar os serviços de acordo com as especificações e normas exigidas, utilizando equipamentos e materiais apropriados;
- XII. manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços;
- XIII. pagar os salários em conta-salário, e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços contratados, inclusive indenizações decorrentes de acidentes de trabalho e demissões, sendo-lhe defeso invocar a existência do contrato para se eximir destas obrigações ou transferi-las para o **CONTRATANTE**;
- XIV. observar e cumprir fielmente a legislação trabalhista e previdenciária,
- XV. comprovar o fornecimento de vale transporte e alimentação aos seus empregados, bem como o pagamento de salários, recolhimento das Contribuições Sociais e Previdenciárias (INSS, FGTS e PIS), sob pena de, em caso de recusa ou falta de exibição dos mesmos, inclusive da folha de pagamento, ser sustado o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas até o cumprimento desta obrigação;
- XVI. fornecer o fardamento padrão, nas quantidades previstas, bem como todo e qualquer material necessário ao bom desempenho do serviço ou fornecimentos exigidos no instrumento convocatório, visando à perfeita execução do contrato;
- XVII. apresentar cópia autenticada da quitação da rescisão contratual dos empregados demitidos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, recolhendo de imediato a identificação (crachá) dos mesmos;
- XVIII. zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem indicadas pelo **CONTRATANTE**, providenciando sua imediata correção, sem ônus adicionais;
- XIX. comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;

- XX.** reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo determinado pelo **CONTRATANTE**, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando-os em perfeita condição de funcionamento;
- XXI.** arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, por dolo ou culpa, erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o **CONTRATANTE** pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados;
- XXII.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XXIII.** providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- XXIV.** efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar a legislação federal, estadual e municipal, relativa aos serviços prestados;
- XXV.** promover por sua conta e risco o transporte dos equipamentos, materiais e utensílios necessários à execução dos serviços objeto do contrato;
- XXVI.** manter atualizados os seus dados cadastrais, com a apresentação de documentos comprobatórios de mudança de endereços, telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;
- XXVII.** dar início à execução dos serviços, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo;
- XXVIII.** solicitar à Receita Federal do Brasil a exclusão do Simples Nacional no prazo previsto no art. 30, §1º, II, da Lei Complementar nº 123/2006, na hipótese das empresas optantes que incorram na vedação do art. 17, XII, da Lei Complementar nº 123/2006 (observado o art. 17, §1º, c/c art. 18, §5º-C, VI), apresentando cópia do pedido de exclusão com comprovante de recebimento, como condição para recebimento da primeira fatura da prestação dos serviços.
- XXVIX** adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- XXX.** emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação;
- XXXI.** observar a legislação federal, estadual e municipal relativa ao objeto do contrato;
- XXXII.** executar os serviços sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do contrato;
- XXXIII.** prover as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação;
- XXXIV.** alocar durante todo o período de execução do objeto a equipe técnica mínima exigida no instrumento convocatório, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo **CONTRATANTE**.
- XXXV.** providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- §1º** Para fins de comprovação das condições de habilitação e qualificação previstas na licitação, a **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, os documentos abaixo listados, facultada a substituição pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC ou Certificado de Registro Simplificado–CRS, relativamente aos documentos válidos constantes do sistema de registro:

- I. certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;

- II. certidão negativa de débitos junto à fazenda estadual do domicílio ou sede da contratada;
- III. certidão negativa de débito junto à fazenda municipal do domicílio ou sede da contratada;
- IV. certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
- V. certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS/CRF);
- VI. certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT)
- VII. comprovação de pagamento de salários, inclusive férias e 13º salário, de vale-transporte e de vale-alimentação;
- VIII. comprovação do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS).

§2º Para fins de comprovação do cumprimento das obrigações contratuais relativas à regularidade trabalhista, previdenciária e social, a **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, os seguintes documentos:

- I. para fins de pagamento da remuneração mensal: folha de pagamento e comprovante de transferência bancária, caso o valor da transferência bancária seja exatamente igual ao previsto em folha de pagamento, e, na hipótese de divergência de valores, cópia do contracheque devidamente datado que comprove que o valor depositado corresponde às parcelas mensais devidas ao empregado;
- II. para fins de pagamento de transporte e alimentação: planilha contendo a identificação do empregado e do mês de referência, com descritivo do quantitativo e valor do benefício concedido, devidamente datado e [prova de recebimento pelo empregado], ou comprovante de pagamento de créditos a instituições específicas de concessão de tais benefícios, com identificação do valor creditado e o beneficiário;
- III. para fins de pagamento dos planos de saúde e odontológico: planilhas, elaboradas pelos prestadores dos respectivos planos, contendo a identificação do beneficiário, com descritivo do valor e do mês de referência, acompanhadas do demonstrativo de pagamento de créditos a instituições específicas de concessão de tais benefícios;
- IV. para fins de recolhimento de INSS e FGTS: relatório de Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP e respectivas Guias de Pagamento.

§3º A **CONTRATADA** deverá atender às seguintes obrigações concernentes ao provisionamento:

- I. providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da subscrição deste instrumento, a abertura, no Banco do Brasil, de conta vinculada a este contrato, bloqueada para movimentação, destinada exclusivamente ao depósito de provisões disciplinadas no Decreto nº 15.219/14, arcando com os custos de abertura e manutenção da conta;
- II. assinar, antes do início da execução dos serviços, o "Termo de Autorização para Movimentação e Acesso aos Saldos e Extratos da Conta Vinculada", conforme modelo constante do edital;
- III. efetuar o pagamento dos funcionários por meio de conta-salário;
- IV. efetuar, a cada três meses de vigência do contrato, a conferência e conciliação da conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação, juntamente com o servidor designado pelo **CONTRATANTE**, visando manter o saldo suficiente e necessário para o cumprimento de suas obrigações trabalhistas e encargos previdenciários e sociais;
- VI. firmar Termo de Ajuste de percentual de provisionamento sempre que for verificado que o valor provisionado é insuficiente para o cumprimento das obrigações trabalhistas e encargos previdenciários e sociais;

- VII. repor o saldo da conta vinculada ao contrato no prazo estabelecido no art. 9º do Decreto nº 15.219/2014, imediatamente após a confirmação de existência de determinação judicial de bloqueio e transferência de valores da conta vinculada ao contrato;
- VIII. movimentar a conta vinculada ao contrato somente após a autorização do **CONTRATANTE**.

§4º A **CONTRATADA** deverá atender às seguintes obrigações concernentes à aprendizagem:

- I. observar a determinação do art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005;
- II. recrutar, preferencialmente, para a contratação de aprendizes determinada pelo art. 429 da CLT, os estudantes indicados nos incisos I e II do art. 9º da Lei estadual nº 13.459, de 10 de dezembro de 2015, regulamentada pelo Decreto estadual nº 16.761, de 07 de junho de 2016, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da **CONTRATADA**;
- III. apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução do serviço, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata o Decreto estadual nº 16.761/16, devendo justificar, perante o **CONTRATANTE**, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

§5º Deverá a **CONTRATADA** atender, ainda, às seguintes obrigações específicas:

- I. proceder a subscrição, por seu representante legal, do Termo de Responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo III da Instrução SAEB nº 009/2012, pelo qual responsabiliza-se pela integridade do veículo recebido, o qual deve ser devolvido nas mesmas condições em que retirado, ficando assegurado ao **CONTRATANTE** o ressarcimento de quaisquer despesas com consertos, reparos e limpeza do veículo, mesmo após o término do contrato e/ou em face de danos ocultos, não detectados quando da devolução;
- II. comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade observada durante a execução dos serviços, bem como a necessidade da realização da manutenção preventiva, corretiva e de reparo dos veículos;
- III. responsabilizar-se pelos profissionais que indicar, não podendo sublocar, emprestar ou ceder o veículo a terceiros;
- IV. manter seus empregados identificados por meio de crachás, com nome, fotografia recente, função e razão social da contratada, exigindo, também, que se apresentem correta e completamente uniformizados, fornecer fardamento padronizado conforme descrito no item 3.5 da Instrução SAEB nº 009/2012, com os respectivos quantitativos anuais;
- V. comprovar a formação técnica específica dos seus empregados, por meio da apresentação dos documentos de habilitação e respectivos cursos complementares, quando for o caso, expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas pelo órgão de trânsito;
- VI. prover o quantitativo de profissionais necessário a garantir a operação dos postos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- VII. apresentar certidão negativa de antecedentes criminais de todos os profissionais escalados pela **CONTRATADA**, renovando-as anualmente, ou a qualquer tempo, quando solicitado;
- VIII. apresentar certidão fornecida pelo órgão de trânsito, comprobatória de que o profissional da **CONTRATADA** não se encontra com a carteira suspensa ou cassada;
- IX. apresentar atestado de saúde física e mental de todos os seus empregados, renovando-as anualmente, ou a qualquer tempo, quando solicitado;

- X. aplicar, na limpeza e conservação dos veículos, produtos que obedeçam às normas legais, contendo o nome do fabricante, a marca e as demais especificações necessárias à ação fiscalizadora, obedecendo, como parâmetro mínimo, as especificações e quantitativos mensais previstos no item 3.11 da Instrução SAEB nº 009/2012;
- XI. controlar a assiduidade e pontualidade dos profissionais que prestarão os serviços, assumindo a responsabilidade de efetuar, imediatamente, a reposição em caso de ausência;
- XII. manter rigoroso controle sobre os condutores dos veículos;
- XIII. atender de imediato às solicitações, devidamente motivadas, quanto a substituições de profissionais considerados inadequados para a prestação dos serviços, em função de conduta irregular ou de inobservância à disciplina;
- XIV. instruir os seus profissionais no que concerne ao cumprimento das normas de segurança e de medicina do trabalho;
- XV. submeter os empregados dos postos de transporte a curso de direção defensiva e primeiros socorros, certificado por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas pelo órgão de trânsito;
- XVI. instruir os profissionais para que não se afastem de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros;
- XVII. arcar com os ônus decorrentes do uso indevido dos bens do **CONTRATANTE**, ou por danos causados por seus empregados, inclusive os que atingirem terceiros;
- XVIII. instruir os seus profissionais no que concerne ao cumprimento das regras determinadas pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- XIX. dispor de um sistema de controle de atividade diária de seus profissionais, que permita o gerenciamento de informações, de modo a identificar o condutor do veículo, no dia e hora solicitados pelo **CONTRATANTE**;
- XX. arcar com os custos decorrentes de conserto de peças e ou acessórios, danificados por culpa ou dolo de seus profissionais designados para a prestação dos serviços;
- XXI. responder integralmente pelas faltas que porventura seus empregados venham a praticar e ressarcir aos órgãos, entidades e/ou a terceiros pelos danos causados pela condução dos veículos, sem prejuízo de outras responsabilizações;
- XXII. arcar com os custos decorrentes de indenizações devidas ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes de condutas de seus profissionais na execução dos serviços;
- XXIII. arcar com os custos decorrentes de sinistros e acidentes de trânsito envolvendo seus profissionais na execução dos serviços, inclusive com as despesas com indenizações, lucros cessantes e ressarcimento de quaisquer outros danos provocados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, ocupantes ou não do veículo;
- XXIV. assumir todas as responsabilidades e adotar as providências necessárias ao pronto atendimento de seus empregados e de vítimas, em caso de acidente, acionando serviços de apoio e órgãos oficiais;
- XXV. responsabilizar-se pelas infrações de trânsito e danos decorrentes da conduta dos seus empregados e providenciar a reparação imediata
- XXVI. informar ao **CONTRATANTE** os pagamentos das multas de trânsito e/ou as interposições de recursos que efetuar, bem como suas respectivas decisões;
- XXVII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventual responsabilização judicial em razão de acidentes ocorridos com os veículos sob sua responsabilidade;

XXVIII. integrar as lides, nos casos em que o **CONTRATANTE** tenha sido acionado em função de responsabilidade atinente à prestação dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- I.** acompanhar a execução do contrato;
- II.** exigir, visando à atualização periódica do cadastro, a apresentação pela **CONTRATADA** de documentos comprobatórios de mudança de endereços, telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;
- III.** exigir, mensalmente, da **CONTRATADA** o comprovante de pagamento de salários, contribuições previdenciárias e recolhimentos de FGTS, para arquivamento e controle;
- IV.** enviar ofício aos órgãos federais encarregados da fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE, comunicando a celebração e/ou prorrogação do contrato administrativo de prestação de serviços;
- V.** manter arquivo documental de todos os atos praticados desde a abertura da licitação até o término do contrato, inclusive os processos de reajustamento e revisão, bem como os dissídios, convenções ou acordos coletivos firmados;
- VI.** somente efetuar o pagamento do valor mensal da fatura devido à **CONTRATADA** após o acompanhamento e obtenção dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- VII.** fornecer à **CONTRATADA** os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato;
- III.** proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal.
- IX.** provisionar, mediante retenção nos créditos pertinentes à execução dos serviços, ou da garantia, o valor concernente ao pagamento de multas de trânsito, independentemente do exercício do direito de defesa pelo condutor do veículo

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Competirá ao **CONTRATANTE** proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade pela execução do contrato.

§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da **CONTRATADA** ocorrerá com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, nos termos do art. 8º, inc. XXXIV, da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º Cumprida a obrigação pela **CONTRATADA**, caberá ao **CONTRATANTE** proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, inc. V, e art. 155, inc. V, da Lei estadual nº 9.433/05.

§3º Compete especificamente à fiscalização, sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais:

- I.** exigir da **CONTRATADA** o cumprimento integral das obrigações pactuadas;

- II. rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado;
- III. relatar ao Gestor do Contrato ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
- IV. dar à autoridade superior imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a CONTRATADA, ou mesmo à rescisão do contrato.

§4º Fica indicada como a área responsável pela gestão do contrato: **COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES**.

§5º Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor: **Adevaldo Rocha da Hora**, matrícula: **92090135**.

§6º Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): **Rômulo da França Nunes**, matrícula: **92090083**.

CLÁUSULA DÉCIMA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto consiste na verificação mensal, pelo **CONTRATANTE**, do adimplemento, pela **CONTRATADA**, das obrigações pactuadas no instrumento contratual.

- I. O recebimento provisório se dará para efeito de verificação posterior da conformidade dos serviços com as especificações contratadas e será feito pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- II. O recebimento definitivo se dará após a verificação da conformidade do objeto com as especificações e da aferição do cumprimento de todas as obrigações acessórias, inclusive o adimplemento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sem o que não se poderá proceder à liquidação do pagamento, observando-se:
 - a) o recebimento definitivo de serviços cujo valor seja igual ou inferior ao limite estabelecido para a modalidade de convite será feito pelo próprio fiscal do contrato;
 - b) o recebimento definitivo de serviços cujo valor seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite será subscrito pelo fiscal do contrato e por dois outros membros da comissão de acompanhamento da execução de contratos.

§1º O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual nº 9.433/05, observando-se os seguintes prazos, se outros não houverem sido fixados no Termo de Referência:

- I. se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo o recebimento definitivo;
- II. quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, devendo ser procedido ao recebimento definitivo no prazo de 15 (quinze) dias.

§2º Os recebimentos provisório e definitivo serão feitos por meio de termo circunstanciado.

§3º Esgotado o prazo total para conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do órgão ou entidade **CONTRATANTE**, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para todos os efeitos.

§4º Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a **CONTRATADA** estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.

§5º O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento em desacordo com as condições pactuadas.

§6º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, consoante o art. 165 da Lei estadual nº 9.433/05.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à **CONTRATADA** serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta-corrente aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo, em consonância com o disposto no art. 6º, §5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, "a"; art. 154, V e art. 155, V da Lei estadual nº 9.433/05.

§1º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela **CONTRATADA** de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.

§2º Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.

§3º O **CONTRATANTE** descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.

§4º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, sujeitando-se às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

§5º O processo de pagamento, para efeito do art. 126, inciso XVI, da Lei estadual nº 9.433/05, deverá ser instruído com a prova da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, o que poderá ser aferido mediante consulta ao Registro Cadastral ou a sites oficiais, considerando-se como marco final desta demonstração a data de conclusão da etapa do recebimento definitivo.

§6º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, de circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

§7º Em caso de mora nos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, será observado o que se segue:

I. a atualização monetária será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*;

II. nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até 15 (quinze) dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias, em conformidade com o inc. II do art. 82 da Lei nº 9.433/05.

§8º Optando a **CONTRATADA** por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada no **caput**, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

§9º Será retido, mensalmente, do valor faturado pela **CONTRATADA**, o percentual concernente as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, abono de férias, décimo terceiro salário, multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários, sociais

e FGTS sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário, e depositado em conta vinculada a este contrato, bloqueada para movimentação, aberta no Banco do Brasil, observadas as disposições da Lei nº 12.949/2014, do Decreto nº 15.219/2014, da Instrução SAEB/SEFAZ nº 001/2015, e ainda ao que se segue:

I. O percentual, calculado considerando os preços unitários apresentados na proposta, e a metodologia definida pela Portaria SAEB nº 976, de 09 de junho de 2015, será de **14,47 % (quatorze vírgula quarenta e sete por cento)**, e incidirá sobre o valor mensal das faturas,

II. Havendo alterações quantitativas ou qualitativas do contrato, revisões ou reajustes de preços, deverá ser atualizado o percentual de retenção;

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante o prazo de **12 meses** da data de apresentação da proposta.

§ 1º Após o prazo de **12 meses** a que se refere o *caput*, a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05, observada a seguinte fórmula:

$$\text{Novo Preço} = (\alpha \cdot \Delta \text{ Remuneratório} + \beta \cdot \Delta \text{INPC} + 1) \cdot P_o$$

Onde:

a) **Novo Preço** = Preço a ser praticado a partir da data da majoração;

b) **α (Coeficiente Alfa)** = Peso correspondente às parcelas de natureza pessoal, inclusive Encargos Sociais, em relação ao Custo Direto;

c) **Δ Remuneratório** = Variação obtida pela categoria profissional em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, referente a salário e verbas conexas;

d) **β (Coeficiente Beta)** = Peso correspondente aos insumos, em relação ao Custo Direto;

e) **Δ INPC** = Variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor do IBGE, verificada dentro da periodicidade permitida em lei federal, considerada a partir da data da apresentação da proposta;

f) **P_o** = Preço original contratado ou Novo Preço calculado no último reajustamento.

g) Coeficientes **alfa** e **beta**:

Posto de Serviço - **Transporte CNH B 44H**

alfa **87%** (oitenta e sete por cento)

beta **13%** (treze por cento)

Posto de Serviço - **Transporte CNH D 44H**

alfa **87%** (oitenta e sete por cento)

beta **13%** (treze por cento)

Posto de Serviço – **Supervisão 44H**

alfa **88%** (oitenta e oito por cento)

beta **12%** (doze por cento)

- §2º A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento da **CONTRATADA** quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- §3º O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela **CONTRATADA** no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei nº 10.406/02.
- §4º A revisão de preços pode ser instaurada pelo **CONTRATANTE** quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no contrato, conforme o art. 143, inc. II, alínea “e”, da Lei estadual nº 9.433/05.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA– ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A prorrogação, suspensão ou rescisão sujeitar-se-ão às mesmas formalidades exigidas para a validade deste contrato.

- §1º A admissão da fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** está condicionada à manutenção das condições de habilitação e à demonstração, perante o **CONTRATANTE**, da inexistência de comprometimento das condições originariamente pactuadas para a adequada e perfeita execução do contrato.
- §2º Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila:
- I. a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores;
 - II. reajustamento de preços previsto no edital e neste contrato, bem como as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes;
 - III. o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º Quando não houver a comprovação pela **CONTRATADA** do efetivo cumprimento das obrigações fiscais, sociais, trabalhistas e/ou previdenciárias, o **CONTRATANTE** reterá, cautelarmente, o valor correspondente ao montante resultante dos valores relativos às obrigações que possam ensejar eventual responsabilidade solidária e/ou subsidiária, com base no art. 126, XVI, combinado com os arts. 8º, XXXIV; 151; 152; 154, VIII; 159, §2º, todos da Lei nº 9.433/05.
- §2º Na hipótese de inadimplemento da **CONTRATADA** relativamente aos salários dos seus empregados vinculados ao contrato, será esta notificada, no primeiro dia de atraso no pagamento dos salários dos empregados vinculados ao contrato, para que adote as providências para a regularização, em até 48 horas, sob pena de utilização do seu crédito decorrente do contrato respectivo para adimplemento de tal parcela.
- §3º Constatado, no prazo de 72 horas após o quinto dia útil do mês, não ter sido promovida a regularização, a **CONTRATADA** autoriza o **CONTRATANTE** a proceder ao pagamento direto aos referidos empregados, utilizando, para tanto, o valor devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, obrigando-se a fornecer a folha de pagamento respectiva.
- §4º Considera-se valor devido para os fins do §2º desta cláusula, o valor do contrato, com eventual retenção cautelar ou dedução definitiva de multas, indenizações e/ou encargos de qualquer natureza.

- §5º A realização de pagamento direto não caracteriza vínculo do **CONTRATANTE** com os empregados da **CONTRATADA** e nem gera qualquer tipo de responsabilidade direta do **CONTRATANTE** relativamente aos créditos que tais empregados possuam face à **CONTRATADA**.
- §6º No caso de inadimplemento da **CONTRATADA** em relação ao **FGTS** e **INSS** relativos aos seus empregados vinculados ao **CONTRATO**, a **CONTRATADA** autoriza o **CONTRATANTE** a reter a quantia equivalente dos créditos que possui junto ao **CONTRATANTE**, os quais somente serão liberados após a comprovação do efetivo recolhimento, pela **CONTRATADA**, das parcelas correspondentes, sem prejuízo das demais condicionantes legais a tanto necessárias.
- §7º O não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações legais e contratuais ensejará, conforme o caso:
- I. a rescisão unilateral do contrato;
 - II. aplicação de sanções administrativas.
- §8º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §9º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do §2º do art. 168 do mesmo diploma.
- §10 Procedida à rescisão do contrato com fundamento nos incisos II a XII do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05, poderão ser adotadas as seguintes providências, sem prejuízo das demais cominações legais:
- I. execução da garantia contratual e cobrança dos valores das multas e das indenizações, para ressarcimento da Administração;
 - II. retenção de créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.
- §11 Extinto o contrato e após a devida comprovação, pela **CONTRATADA**, do cumprimento das obrigações e quitação de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários correspondentes, o saldo remanescente, inclusive o da conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação, acaso existente, será liberado em favor da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – PENALIDADES

Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184, 185 e 199 da Lei estadual nº 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

- §1º Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de dosimetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967/12.
- §2º Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184, nos incisos II, III e V do art. 185 e no art. 199 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §3º Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e nos incisos I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

- §4º A **CONTRATADA** será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei estadual nº 9.433/05, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista exigidas para cadastramento.
- §5º A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, na forma prevista na cláusula seguinte, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05 e no Decreto estadual nº 13.967/12.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – SANÇÃO DE MULTA

A pena de multa será aplicada em função de inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

§1º Quanto à obrigação principal, será observado o que se segue:

- I. Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
- II. Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.
- III. O atraso no cumprimento da obrigação principal ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.

§2º Quanto à obrigação acessória, assim considerada aquela que coadjuva a principal, e cujo descumprimento não comprometa, retarde, impeça ou embarace a execução dos serviços, em conformidade com as especificações exigíveis, será observado o que se segue:

- I. Em caso de descumprimento total da obrigação acessória, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- II. Caso o cumprimento da obrigação acessória, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- III. O atraso no cumprimento da obrigação acessória ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- IV. Caso não seja possível identificar o valor ou custo da obrigação acessória descumprida, a multa será arbitrada pelo **CONTRANTE**, em valor que não supere 1% da sanção pecuniária que seria cabível pelo descumprimento da obrigação principal.

§3º Se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.

§4º Na hipótese de o contratado se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

§5º As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

- §6º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.
- §7º Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a **CONTRATADA** responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- §8º Caso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à **CONTRATADA** o valor de qualquer multa porventura imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório, referido no preâmbulo deste instrumento, inclusive anexos e adendos, e na proposta da licitante vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a **CONTRATADA** poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011, e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – FORO

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, ____ de _____ de 2023.

CONTRATANTE

Felipe da Silva Freitas

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

CONTRATADA

Ricardo Vasconcelos Mattos

Representante Legal da **R8 Serviço de Locação de Mão de Obra Ltda**

ANEXO I

LOTE 02 - CAB

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

ITEM	POSTOS DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QTDE POSTOS
1	Transporte CNH "B" Veículos Leves	44 horas	8
2	Transporte CNH "B" Veículos Leves	84 horas Diurno	2
3	Transporte CNH "D" Caminhão 15m3	84 horas Diurno	1
4	Transporte Executivo Veiculo Leve Executivo	44 horas	3
5	Supervisão	44 horas	1
6	Deslocamento veículo adm.	-	120
7	Deslocamento veículo executivo	-	72

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS

ITEM	POSTOS DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QTDE POSTOS
1	Transporte CNH "B" Veículos Leves	44 horas	8
2	Supervisão	44 horas	1
3	Deslocamento veículo adm.	-	312

SECRETARIA DE ADMISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO - SEAP

ITEM	POSTOS DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QTDE POSTOS
1	Transporte CNH "D" Caminhão 15m3	44 horas	5
2	Transporte CNH "D" Caminhão 15m3	84 horas Diurno	4
3	Transporte CNH "D" Caminhão 15m3	84 horas Noturno	4
4	Deslocamento veículo adm.	-	600

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO AO TURISMO DO ESTADO DA BAHIA - BAHIAATURSA

ITEM	POSTOS DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QTDE POSTOS
1	Transporte CNH "B" Veículos Leves	44 horas	2
2	Transporte CNH "D" Caminhão 15m3	44 horas	1
3	Deslocamento veículo adm.	-	864

CASA CIVIL

ITEM	POSTOS DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QTDE POSTOS
1	Transporte CNH "B" Veículos Leves	44 horas	10
2	Transporte Executivo Veiculo Leve Executivo	44 horas	20
3	Supervisão	44 horas	1
4	Deslocamento veículo adm.	-	240
5	Deslocamento veículo executivo	-	360

GABINETE DA GOVERNADORIA - GABGOV

ITEM	POSTOS DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QTDE POSTOS
1	Transporte Executivo Veiculo Leve Executivo	44 horas	25
2	Transporte Executivo Veiculo Leve Executivo	84 horas Diurno	2
3	Transporte Executivo Veiculo Leve Executivo	84 horas Noturno	2
4	Supervisão	44 horas	2
5	Deslocamento veículo executivo	-	1500

GABINETE DA VICE GOVERNADORIA - VICEGOV

ITEM	POSTOS DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QTDE POSTOS
1	Transporte Executivo Veiculo Leve Executivo	44 horas	3
2	Deslocamento veículo executivo	-	360

COMPANHIA DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO - CERB

ITEM	POSTOS DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QTDE POSTOS
1	Transporte CNH "B" Veículos Leves	44 horas	25
2	Supervisão	44 horas	1

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERIN

ITEM	POSTOS DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QTDE POSTOS
1	Transporte CNH "B" Veículos Leves	44 horas	6

SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS

ITEM	POSTOS DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QTDE POSTOS
1	Transporte CNH "B" Veículos Leves	44 horas	11
2	Transporte CNH "D" Caminhão 15m3	44 horas	11
3	Supervisão	44 horas	2
4	Deslocamento veículo adm.	-	1.680

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM

ITEM	POSTOS DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QTDE POSTOS
1	Transporte CNH "B" Veículos Leves	44 horas	6
2	Transporte CNH "B" Veículos Leves	84 horas Diurno	4
3	Supervisão	84 horas Diurno	1

ANEXO II



R8 SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
CNPJ: 14.538.109/0001-91 - IE 014.503.791
End. Av. Centenário, 837, Edif. Mattos, Garcia - Salas 301, 302 E 303, Salvador/BA
CEP.: 40.100-180
Tel.: (71) 99295-5000
E-mail: r8servico@uol.com.br

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - SAEB/SRL/CST
--

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023	PROCESSO Nº 009.0234.2022.0059016-18
-------------------------------	--------------------------------------

PLANILHA DE CUSTOS - LOTE 02 CAB

CASA CIVIL COMPANHIA DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO - CERB GABINETE DA GOVERNADORIA - GABGOV GABINETE DA VICE GOVERNADORIA - VICEGOV PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO - SEAP SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERIN SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO AO TURISMO DO ESTADO DA BAHIA - BAHIAUTURSA				
Item	Descrição	Quantitativo	Valor Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Transporte CNH "B" Veículos Leves, 44 horas semanais.	76	3.807,10	R\$ 289.339,60
2	Transporte CNH "B" Veículos Leves, 84h Diurno	6	7.384,70	R\$ 44.308,20
3	Transporte CNH "D" Caminhão 15m3, 44 horas semanais.	17	3.956,70	R\$ 67.263,90
4	Transporte CNH "D" Caminhão 15m3, 84h Diurno	5	7.683,00	R\$ 38.415,00
5	Transporte CNH "D" Caminhão 15m3, 84h Noturno	4	8.433,70	R\$ 33.734,80
6	Transporte Executivo Veículo Leve Executivo, 44 horas semanais.	51	3.826,30	R\$ 195.141,30
7	Transporte Executivo Veículo Leve Executivo, 84h Diurno	2	7.422,40	R\$ 14.844,80
8	Transporte Executivo Veículo Leve Executivo, 84h Noturno	2	8.133,30	R\$ 16.266,60
9	Supervisão, 44 horas semanais.	8	4.361,70	R\$ 34.893,60
10	Supervisão, 84h Diurno	1	8.460,30	R\$ 8.460,30
(A) VALOR ESTIMADO MENSAL DA LICITAÇÃO - LOTE 02				R\$ 742.668,10
(B) VALOR ESTIMADO ANUAL DA LICITAÇÃO - LOTE 02				R\$ 8.912.017,20

PREÇO MÁXIMO PORTARIA Nº 539/2020

ITEM	DESLOCAMENTOS	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Posto de Transporte Veículo Adm.	318	136,81	R\$ 43.505,58
2	Posto de Transporte Veículo Executivo	191	192,72	R\$ 36.809,52
(C) VALOR ESTIMADO MENSAL DE DESLOCAMENTOS - LOTE 02				R\$ 80.315,10
(D) VALOR ESTIMADO ANUAL DE DESLOCAMENTOS - LOTE 02				R\$ 963.781,20

(A + C) VALOR ESTIMADO ANUAL DA CONTRATAÇÃO C/DESLOCAMENTO - LOTE 02	R\$ 822.983,20
(B + D) VALOR ESTIMADO ANUAL DA CONTRATAÇÃO C/DESLOCAMENTO - LOTE 02	R\$ 9.875.798,40

VALIDADE DA PROPOSTA DE 60 (sessenta) DIAS

DADOS COMERCIAIS	
EMPRESA: R8 SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CNPJ: 14.538.109/0001-91
ENDEREÇO: Av. Centenário, nº 837, Edif. Mattos, Salas 301, 302 e 303 - Bairro Garcia - Salvador/BA, CEP.: 40.100-180	
TEL: (71) 99295-5000 E-mail: r8servico@uol.com.br CONTATO: Ricardo Mattos	

Atenciosamente,

Salvador (BA) 12 de Abril de 2023.

R8 SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
CNPJ Nº 14.538.109/0001-91
Ricardo Vasconcelos Mattos - Sócio
CPF Nº 801.571.735-34 RG Nº 09346575 80 SSP/BA



Documento assinado eletronicamente por **Arlene Guedes Barreto, Assessor Técnico**, em 16/11/2023, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO VASCONCELOS MATTOS**, **Usuário Externo**, em 23/11/2023, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe da Silva Freitas**, **Secretário**, em 24/11/2023, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00078806437** e o código CRC **B2AE9567**.

Referência: Processo nº 082.17207.2023.0002640-63

SEI nº 00078806437



prorrogação do prazo de execução do contrato indicado no preâmbulo, por 180 dias, com início em 03/06/2023 e término em 30/11/2023. DATA DA ASSINATURA: 27/11/2023.

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 109-CT159/2022
PROCESSO N.º 024.2072.2022.0007125-89. Concorrência Nº 072/2022. CONTRATANTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA. CONTRATADA: COSAMPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. CLAUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente aditivo a alteração quantitativa do contrato que implica o acréscimo do objeto contratual no percentual de 24,9490% e redução no percentual de 2,1547%, que corresponde a 22,7943%. DATA DA ASSINATURA: 27/11/2023.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 05/2021/DG/SIHS
PROCESSO Nº 053.1682.2023.0001165-28
Contratado: **CONSÓRCIO SANEANDO A BAHIA**
OBJETO: Prorrogação da Contratação de empresa especializada em engenharia para apoiar a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia (SIHS) para a elaboração da proposta do Plano Estadual de Saneamento Básico da Bahia (PESB/BA), abrangendo os 417 municípios baianos em toda a sua extensão e suas respectivas populações, urbana e rural, por mais 151 (cento e cinquenta e um) dias, com início em 30/11/2023 e término em 30/04/2024. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Gestora: 0001; Fonte de Recurso: 1.500.0100.000000000000.0 / 1.704.0109.000000000000.0; Projeto/Atividade: 17.512.312.5525; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Base Legal: Art. 141, Inciso II da Lei Estadual nº 9.433/05. Data da Assinatura, 27/11/2023 - Larissa Gomes Moraes - Secretária

Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia – CERB

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS
COMPANHIA DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA - CERB

Extrato de Termo Aditivo nº 213/2023 ao Contrato de Empreitada nº 107/2022- Processo SEI nº 039.0812.2023.0005289-48. Partes: CERB e a Metro Engenharia e Consultoria Ltda. Objeto: Acréscimo no valor do contrato originário que passa a ser de R\$ 14.851.886,12. Data da Assinatura:23/11/2023.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS
COMPANHIA DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA - CERB

RESUMO DE AFM- AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL
MODALIDADE: REGISTRO DE PREÇO

RP /AFM CERB	AFM SIMPAS	CONTRATADA	OBJETO	VALOR TOTAL
230109/230326	23.003.00255/2023	Linustech Comércio e Serviços Ltda	Toner HP amarelo e magenta	R\$ 5.440,00

SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

RESUMO DO CONTRATO Nº 23/2023
Processo:082.17207.2023.0002640-63. Contratante: O Estado da Bahia, através da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Contratada:**R8 SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA**, CNPJ nº 14.538.109/0001-91. Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Prestação prestação de **Serviços terceirizados de transportes**. Prazo: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do inc. II do art. 140 - estadual nº 9.433/05. Valor: O valor global estimado para os 12 meses do contrato é de **R\$ 647.734,80 (seiscentos e quarenta e sete mil setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos)**. Unidade Orçamentária: 38.101-APG, Unidade Gestora: 0001, Função: 14, Subfunção: 122, Programa: 502, Atividade: 2000, Região/ Planejamento: 99, Natureza da Despesa: 3.3.90.37.000, Destinação do recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00, Tipo de Recurso: 1. Base Legal: Lei estadual nº 9.433/05. **Assinatura: 24/11/2023 - Felipe da Silva Freitas - Secretário.**

RESUMO DO CONTRATO Nº 24/2023
Processo: 082.8797.2023.0000704-25 Contratante: O Estado da Bahia, através da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Contratada: **EMPRESARIAL INNOVARCENTER LTDA ME**,

CNPJ nº 18.291.686/0001-82. Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a **locação do imóvel urbano não residencial**. Prazo: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do inc. II do art. 140 - estadual nº 9.433/05. Valor: O valor global estimado para os 12 meses do contrato é de **R\$ 19.200,00 (dezanove mil e duzentos reais)**. Unidade Orçamentária: 38.601-PROCON, Unidade Gestora: 0001, Atividade: 2061, Natureza da Despesa: 33.90.39.00, Destinação do recurso: 104. Base Legal: Lei estadual nº 9.433/05. **Assinatura: 24/11/2023 - Felipe da Silva Freitas - Secretário.**

Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC

RESUMO DE CONTRATO - AFM

AFM	CONTRATADA	VALOR
44.001.00873/2023	DAVID HENRIQUE NASCIMENTO DE OLIVEIRA SANTOS 04927319504	2.683,50
44.001.00874/2023	CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS	9.433,20
44.001.00875/2023	CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS	47.200,90
44.001.00876/2023	CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS	2.153,76
44.001.00877/2023	CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS	2.656,50

Salvador, 27 de novembro de 2023
Regina Celeste Affonso de Carvalho
DIRETORA GERAL/FUNDAC

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA

Resumo do Primeiro termo aditivo ao contrato nº. 005/2023, Processo: nº 046.0571.2023.0011932-45; Pregão Eletrônico nº. 155/2021 RP SAEB - LOTE V - CONTRATANTE: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - CONTRATADA: MIRANTE TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI. OBJETO: Reajuste de 47,08% em razão da Repactuação de preços decorrente da CCT - 2023/2023 a partir de 01/01/2023. Valor global: **R\$ 26.927,65** (vinte e seis mil novecentos e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos). **DOTAÇÃO:** Unidade Gestora: 0001, Destinação do recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 / 1.501.0.213.000000.00.00.00 / 1.704.0.109.000000.00.00.00 / 1.753.0.148.000000.00.00.00, Ação: 2000/4615/4616, Natureza da Despesa: 3.3.90.39.000, REGIME DE EXECUÇÃO - Empreitada por preço Unitário. FORMA DE PAGAMENTO - Ordem bancaria ou credito em conta corrente. Salvador, 27/11/2023. ASSINATURAS: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Contratante e Aldemir Bispo Santana - Contratada.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

RESUMO DO CONTRATO Nº 14/2023
PROCESSO SEI nº 037.7577.2023.0001345-19. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2023. **CONTRATANTES:** SEI e a empresa GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA. **OBJETO:** Prestação de serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em Tecnologia da Informação, na forma de assinaturas para acesso a bases de conhecimentos, bem como serviços complementares de apoio à consulta, interpretação e aplicação das informações contidas nas referidas bases. **VIGÊNCIA:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura. **VALOR GLOBAL:** R\$ 2.935.600,00 (dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil e seiscentos reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 17.301; Unidade Gestora: 0001; Atividade: 7457; Natureza da Despesa: 33.90.40.000; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00. **DATA DA ASSINATURA:** 24/11/2023. ASSINAM: JOSÉ ACÁCIO DE ALMEIDA FERREIRA - pela SEI e ANDRÉ CORTINES PEIXOTO - pela GARTNER.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Diretoria Geral

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2021
Processo: nº. 042.15135.2023.0001199-61. **Contratante:** Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. **Contratada:** Empresa Produz Produtos



e Soluções para Informática Ltda. **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em de 09/12/2023 à 08/12/2024. / Reajustamento INPC/IBGE, no percentual de 3,06%. **Valor Global:** R\$184.664,52 (cento oitenta e quatro mil, seicentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos). **Dotação Orçamentária:** 34.10. Projeto/Atividade 14.126.502.2002. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.000. Destinação de Recursos: 1.500.0.100.000000.00.00.00. **Assinam:** Elisângela dos Santos Araújo - Alberto Luiz Bouzas Áspera - Contratada.

SECRETARIA DA SAÚDE

SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE
DIRETORIA GERAL DE GESTÃO DAS UNIDADES PRÓPRIAS

RESUMO DO CONTRATO Nº. 756/2023
Processo SEI nº. 019.9819.2023.0186169-85

CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA SESAB. **CONTRATADO: A & O SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ **44.674.211/0001-85**, **OBJETO:** Prestação de serviços médicos hospitalares de urgência/emergência aos usuários do SUS em hospitais públicos administrados diretamente pela SESAB, conforme Portarias Nº. 1003 de 07 de junho de 2010, Nº 134 de 19 de fevereiro de 2021 e Nº 180 de 01 de abril de 2022. Período de Vigência: 365 dias. VALOR (Mensal estimado **R\$ 4.200,00 (QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS)** e anual em **R\$ 50.400,00 (CINQUENTA MIL E QUATROCENTOS REAIS)**.. **UG:** 19.148, **P/A:** 2641/ **Fonte:** 100/130/281 **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39

DRA. ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA, SECRETÁRIA DA SAÚDE.
DATA DA ASSINATURA: 24/11/2023

GABINETE DO SECRETÁRIO - GASEC

PROCESSO Nº019.5106.2022.0053256-98, **RESUMO DO CONTRATO** Nº056/2023 PCE Nº0115. **CONTRATANTE:** GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB/FESBA, CNPJ Nº 05.816.630/0001-52 - **CONTRATADA: XDIGITAL BRASIL SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA**, CNPJ nº 38.597.881/0001-42. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS SSL **PREÇO:** Valor global de **R\$394,00 (trezentos e noventa e quatro reais)**. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: U.G:** 0003. **P.A:** 2002. **E.D:** 33.90.40 **FONTE:** 1.500.0.130. **DATA DA ASSINATURA:** 24/11/2023. **Dra. Roberta Silva de Carvalho Santana-** Secretária Estadual da Saúde.

GABINETE DO SECRETÁRIO - GASEC
APOSTILA Nº 316/2023 **PROCESSO Nº** 019.9109.2023.0201552-78 **CONTRATO Nº** 040/2019 **CONTRATANTE:** Estado da Bahia, por intermédio da Secretária de Saúde do Estado da Bahia - SESAB/FESBA, CNPJ nº. 05.816.630/0001-52 e a empresa **CRETA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº. 04.374.998/0001-45. **OBJETO:** SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL da seguinte forma: Substituição de:

Unidade	Fiscal	Cadastro
Hospital Geral Menandro de Faria	Geovane Oliveira Pereira	92077304

Para:

Unidade	Fiscal	Cadastro
Hopsital Geral Menandro de Faria	Ricardo Augusto Valle	92104728

DATA DA ASSINATURA: 24/11/2023 Dra. **Roberta Silva de Carvalho Santana**, Secretária Estadual da Saúde.

GABINETE DO SECRETÁRIO - GASEC
APOSTILA Nº 289/2023 **PROCESSO Nº** 019.8521.2023.0192019-56 **CONTRATO Nº** 060/2023 **CONTRATANTE:** Estado da Bahia, por intermédio da Secretária de Saúde do Estado da Bahia - SESAB/FESBA, CNPJ nº. 05.816.630/0001-52 e a empresa **CRETA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº. 04.374.998/0001-45. **OBJETO:** SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL da seguinte forma: Substituição de:

Unidade	Fiscal	Cadastro
CAS	Lucimeire dos Santos Góes	92072926

Para:

Unidade	Fiscal	Cadastro
CAS	Islane Cardoso Cerqueira	92081006

DATA DA ASSINATURA: 24/11/2023 Dra. **Roberta Silva de Carvalho Santana**, Secretária Estadual da Saúde.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
HOSPITAL GERAL DO ESTADO
RESUMO DE CONTRATO (AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM)

Nº	AFM	Empresa	Valor R\$	Data de Assinatura
01	19.077.02164/2023	Prótese Vida Comércio de Materiais Hospitalar Ltda	132,00	24/11/2023
02	19.077.02410/2023	Saúde Medic Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda	427,50	27/11/2023
03	19.077.02585/2023	Farmace Indústria Química Farmacêutica Cearense Ltda	14.400,00	27/11/2023

Salvador, 27 de novembro de 2023. Márcio Quintiliano da Fonseca - Diretor Geral

SECRETARIA DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE - SAIS
COORDENAÇÃO SUPORTE OPERACIONAL - CSO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS

CONTRATOS - AFM Nº 107

AFM Nº	CREDOR	CNPJ	VALOR R\$
19.148.00673/2023	M Med Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares LTDA	28.387.424/0001-70	940,00
19.148.00674/2023	D S C Nascimento	42.972.952/0001-17	1.199,85

Salvador, 27 de novembro de 2023

Flavia Camila Pinheiro
Coordenação de Compras/SAIS.

SESAB/SUVISA/LABORATÓRIO CENTRAL PROF. GONÇALO MONIZ/LACEN/BA EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2021. PROCESSO SEI 019.11458.2023.0112129-21. Contratante: ESTADO DA BAHIA/SECRETARIA DA SAÚDE/ LABORATÓRIO CENTRAL PROF. GONÇALO MONIZ. **Contratada: MEDSCIENTIFIC MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALAR**, CNPJ 32.694.456/0001-95. **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência do contrato, com início em 26/11/2023 e término em 26/11/2024 e inclusão de 6 (seis) equipamentos. **Pregão eletrônico nº 061/2021. Valor global:** estimado de R\$ 194.806,41 (cento e noventa e quatro mil, oitocentos e seis reais e quarenta e um centavos). **Unidade Gestora:** 0046. **Fonte de recursos:** 281/282. Data de assinatura: 24/11/2023. **Assinam:** Roberta Silva de Carvalho Santana - SECRETÁRIA DA SAÚDE e MANUELA CEDRAZ CARNEIRO- CONTRATADA.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA-SESAB NUCLEO REGIONAL DE SAUDE NORDESTE-ALAGOINHAS/SESAB PUBLICAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL NA MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇO AFM ATENDIDA / REGISTRO DE PREÇO.

AFM	FORNECEDOR	PROCESSO	VALOR
19.051.00130/2023	BEM MED HOSPITALAR LTDA	019.8506.2023.0205862-15	R\$ 250,40
19.051.00131/2023	CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA	019.8506.2023.0205884-12	R\$ 226,50
19.051.00132/2023	EMMANUELLE ALDERIGI MARMO RANGEL DOS ANJOS	019.8506.2023.0205892-22	R\$ 620,00
19.051.00004/2023	PHM CONSTRUÇOES E COMBATE A INCENDIO EIRELI	019.15158.2023.0202018-23	R\$ 299,22

Rogério Ribeiro Ramos- Coordenador Geral-NRS-NE 27/11/2023

SESAB- MATERNIDADE MARIA CONCEIÇÃO DE JESUS TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 002/2023 AO CONTRATO Nº. 005/2021, **CONTRATANTE:** GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA/FESBA, CNPJ Nº. 05. 816.630/ 0001- 52. **CONTRATADO: MAXIMAGEM COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA**, CNPJ 05.014.714/0001-72 - **OBJETO:** Constitui objeto do presente termo aditivo, a prorrogação do prazo do Contrato nº 005/2021, Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva, Corretiva e de reparo de equipamentos de ultrassom,com reposição eventual de peças e acessórios, por mais 12 (doze) meses, a partir de **13/12/2023 e término em 12/12/2024.** O valor mensal do contrato será deR\$ 838,50 (Oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos) perfazendo valor anual de 10.062,00(Dez mil e sessenta e dois reais)), como valor de peças de R\$ 27.240,00 (Vinte e sete mil duzentos e quarenta reais) perfazendo o valor global, referente aos 12 meses, em R\$ 37.302,00 (trinta e sete mil e trezentos e dois reais). **UG: 19.601.0051. Projeto Atividade: 2641. Fonte:** 0.130.000000. **Elemento de despesa:** 33.90.39. Dr^a **ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA**, Secretaria da Saúde do Estado da Bahia.